

Novas OTN de 5 anos devem ter restrições a acordos de recompra

por George Vidor
do Rio

As novas Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) de cinco anos que o governo pretende lançar — ainda falta definir se os papéis serão indexados, com reajuste anual, pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ou não — deverão circular o mínimo possível no mercado aberto.

A intenção do Banco Central (BC), segundo informou na sexta-feira, no Rio, o diretor da dívida pública, André Lara Resende, é fazer com que esses papéis fiquem nas mãos de aplicadores finais, especialmente grandes fundos e investidores institucionais. Por isso, serão criadas restrições a acordos de recompra com esses títulos, para inibir a negociação das OTN de cinco anos no mercado secundário.

Ao mesmo tempo em que pensam nas OTN de cinco anos como instrumento de dívida pública, as autoridades lançarão um papel de médio prazo (de 6 a 12 meses), que terá sua taxa de juros repactuada a cada 35 dias, conforme o resultado do leilão de Letras do Tesouro Nacional (LTN).

No primeiro cupom, o BC determinará a taxa, mas a partir do segundo, tudo dependerá dos leilões de letras. Este será um título basicamente de política monetária, com objetivo de regular o volume de moeda em circulação na economia. Esses papéis poderão

contribuir muito para a formação dos mercados futuros, explicou o diretor.

Conforme o próprio Lara Resende já tinha adiantado em Brasília, o governo criará também um outro título visando exclusivamente as reservas bancárias — é o perde e ganha diário da compensação diária de cheques. "Será uma espécie de Certificado de Depósito Interbancário — CDI —, só que sendo um título do governo, que vai flutuar de acordo com as taxas de operações 'overnight' com papéis públicos movimentados através do Selic (Serviço de Liquidação e Custódia de Títulos Públicos)", explicou Lara Resende. O novo papel será então transacionado basicamente por bancos.

DEFICIT E EXPANSÃO

O diretor do Banco Central disse ainda que o governo esperava para março um déficit público da ordem de CZ\$ 3 bilhões, mas acabou sendo de CZ\$ 9 bilhões, por pressões de estados e municípios, e também pelo efeito da paralisação de negócios que o programa de estabilização provocou nos seus primeiros dias, gerando menor arrecadação de impostos. Lara Resende admite a possibilidade de continuar a haver um déficit, porém menor, em abril, mas ressaltou que não se deve observar isoladamente um ou outro mês, e que durante o ano o governo certamente recuperará o equilíbrio em suas contas.

Em relação à grande expansão monetária de março, o diretor não considera isto um problema: "A expansão monetária só é inflacionária quando as pessoas não querem ficar com a moeda, e querem sair logo gastando ou aplicá-la em outro ativo. E isto não está ocorrendo mais. As pessoas estão é retendo moeda". E deu o seu exemplo pessoal. Antes do programa, Lara Resende jamais mantinha no banco um saldo superior a Cr\$ 500 mil. O que ultrapassava este valor ia para a conta de "overnight". Hoje o saldo fica em CZ\$ 2 mil, sem problemas.

Esta procura por moeda tem permitido ao Banco Central financiar o déficit a um custo muito baixo. "Se não houvesse déficit, poderíamos até monetizar a dívida", esclareceu. Mes-

mo assim, o governo já resgatou neste ano CZ\$ 22 bilhões em títulos públicos, fazendo o total da dívida (que hoje está em cerca de CZ\$ 300 bilhões, sem contar o estoque de papel na carteira do Banco Central) diminuir.

PASTORE

Durante o seminário sobre "open market", do qual André Lara Resende participou na última sexta-feira, o ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, afirmou que as taxas do "overnight" precisam ser elevadas. Na opinião de Pastore, o governo está trabalhando apenas com a hipótese de inflação zero, mas ele acha que a partir deste mês já haverá índices positivos, e, por isso, as taxas de juros precisam ser ajustadas para se enxugar a liquidez.